



2
3
4

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG – 28/01/2013
ATA 01/2013

5 Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de
6 Reuniões da Procuradoria-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, situada no
7 Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Brasília-DF, em Reunião Ordinária do Conselho Nacional
8 dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, estiveram presentes os
9 Excelentíssimos(as) Senhores(as) Doutores: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Procurador-Geral de
10 Justiça de Alagoas; Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá, Francisco das
11 Chagas Santiago da Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Amazonas; Eliani Alves Nobre,
12 representando Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procuradora-Geral de Justiça do
13 Ceará, Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT; Fábio Vello,
14 Procurador de Justiça, representando Eder Pontes da Silva, Procurador-Geral de Justiça do Espírito
15 Santo; Eliseu Taveira, representando Benedito Torres Neto, Procuradora-Geral de Justiça de Goiás;
16 Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; Alceu José Torres,
17 representando Carlos André Mariani Bittencourt, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais;
18 Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Pará; Oswaldo Trigueiro do
19 Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba e Presidente do CNPG; Gilberto Giacoia,
20 Procurador-Geral de Justiça do Paraná; Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de Justiça do Piauí;
21 Ertulei Laureano Matos, representando Dr. Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do
22 Rio de Janeiro; Manoel Onofre de Souza Neto, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do
23 Norte; Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Márcio Fernando Elias
24 Rosa, Procurador-Geral de Justiça de São Paulo; Orlando Rochadel Moreira, Procurador-Geral de
25 Justiça de Sergipe; Vera Nilva Alvares Rocha, Procuradora-Geral de Justiça de Tocantins; Marcelo
26 Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar e Procuradora Heloisa Maria Moraes
27 Rego Pires, representando o Procurador-Geral do Trabalho, Luís Antonio Camargo. Iniciando os
28 trabalhos, Doutor Oswaldo Trigueiro, Presidente do CNPG, saudou os presentes, em especial à
29 anfitriã, Dra. Eunice, PGJ do MPDFT, agradecendo-lhe pela excelente recepção. Na ocasião,
30 também justificou as ausências de alguns PGJs em razão de ser o mês de Janeiro atípico, mas
31 pontuou a necessidade da manutenção do calendário. Após, o Presidente passou a palavra ao Dr.
32 Orlando Rochadel, PGJ/SE que propôs 1 minuto de silêncio e que o Colegiado também rezasse um
33 Pai Nosso em atenção às vítimas da tragédia de Santa Maria e ao falecimento da Procuradora-
34 Geral de Justiça eleita do Pará, Dra. Maria da Graça, o que foi aprovado por unanimidade. Dr.
35 Rochadel também expôs que foi expedida Recomendação em seu Estado para todas as
36 Promotorias no sentido de que tomem providências pertinentes na prevenção de tragédias dessa
37 natureza, colocando a disposição de todo o Colegiado cópias de tal documento. Seguindo a a
38 pauta, o Presidente propôs a aprovação da ata passada, sendo aprovada pelo Colegiado. Após, Dr.
39 Rochadel solicitou que a reunião do CNPG do mês de Junho ocorra em seu estado, nos dias 20 e
40 21 de Junho, proposta também aprovada pelo Colegiado. Em seguida o Presidente facultou a
41 palavra aos novos integrantes do CNPG, Dr. Sérgio Jucá, PGJ/AL e Dr.a Vera Nilva, PGJ/TO, os quais
42 agradeceram o acolhimento, sendo em seguida saudados pela Dra. Eunice, PGJ/MPDFT. dos novos
43 integrantes. A presidência também facultou a palavra ao Dr. Ertulei, representante do novo PGJ do
44 Rio de Janeiro, Dr. Marfan Martins, o qual agradeceu em nome do Ministério Público do Rio de
45 Janeiro o excelente acolhimento de todos do CNPG. Após, a palavra foi passada ao Dr. Márcio

1 PGJ/SP, que propôs uma moção de solidariedade ao MPRS, em razão da recente tragédia em Santa
2 Maria-RS o qual de pronto foi aceito pelo Colegiado. Após a palavra foi dada ao Dr. Onofre,
3 PGJ/RN, que disse ter conversado com o futuro presidente da Câmara dos Deputados, Henrique
4 Eduardo Alves, que posicionou-se contrário à PEC 37 e que no momento oportuno, após a sua
5 eleição marcaria um encontro com os PGJs na Câmara dos Deputados. Por outro lado, também
6 informou a realização no mês de outubro corrente no Rio Grande do Norte o Congresso Nacional
7 do Ministério Público, frisando que não é um Congresso da CONAMP e sim do Ministério Público
8 Brasileiro, inclusive sempre ocorrendo durante o período do evento Reunião do CNPG, encerrando
9 a sua participação dizendo da necessidade de uma participação mais efetivo do CNPG. O
10 Presidente tomou a palavra e antes de iniciar a pauta fez uma prestação de contas da viagem com
11 a comitiva do Ministério da Justiça ao Banco Mundial em Washington – EUA, para tratar de linhas
12 de financiamento para o Ministério Público Brasileiro, frisou que o único MP que conseguira
13 recursos no Banco Mundial foi o MPMG, através de um projeto realizado pelo Promotor de Justiça
14 de MG, Dr. Luciano Badini, o qual estará presente junto com o Dr. Flávio Caetano, Secretário da
15 Reforma do Judiciário, falando a tarde para o Colegiado acerca da possibilidade de captação de
16 recursos extraorçamentários para os MPs. Em seguida o Presidente propôs ao Colegiado uma
17 Moção de Apoio ao Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo, Dr. Eder Pontes, em sua luta em
18 defesa das prerrogativas constitucionais do MP, proposta esta aprovada pelo Colegiado. Em
19 seguida, após os comunicados iniciais da Presidência, iniciaram-se as discussões do item 2 da
20 pauta **“REPRESENTATIVIDADE DO CNPG JUNTO AO CNMP”**, sendo informado pelo Presidente que
21 todos receberam um roteiro de como foi feita a última reunião e que o CNPG teria até o dia 8 de
22 março para encaminhar ao PGR a lista tríplice para Conselheiro do CNMP, sendo proposto pelo
23 presidente que a sessão ordinária de fevereiro fosse realizado nos dias 4 e 5 de março para que
24 ocorresse a eleição para o CNMP no dia 05 pela manhã, ficando até o dia 04 o prazo para os MPs
25 estaduais remeterem a indicação dos seus candidatos ao CNMP, o que de pronto foi aprovado
26 pelo Colegiado. Após, o Presidente determinou à Secretaria Executiva que fossem feitas as
27 alterações no Provimento 01/13 e encaminhados para todos os PGJs. Após o Presidente falou ao
28 Colegiado da importância das indicações do CNPG para o CNMP, dizendo que as coisas não podem
29 ser antecipadas, isto é, frisou que o Colegiado não sabe ainda nem o nome dos MPs Estaduais e já
30 está se discutindo nomes para o CNMP. Também falou da importância de se discutir a situação dos
31 nossos representantes atuais no CNMP e finalmente da importância da adoção de critérios, para
32 que as nossas escolhas não sejam banalizadas. Em seguida a palavra foi dada ao Dr. Orlando,
33 PGJ/SE, que defendeu que os representante do CNPG no CNMP tenham experiência
34 administrativa de Procurador-Geral de Justiça, defendendo ser este o 1º critério para a indicação
35 ao CNMP e que estaria satisfeito com o trabalho desenvolvido pelos Conselheiros Jarbas e
36 Alessandro, que já se manifestaram pela recondução. O Presidente lembrou que de fato que uma
37 vaga estaria em aberto haja vista que o Conselheiro Tito não se manifestou pela recondução, e
38 que os Conselheiros Jarbas e Alessandro já se manifestaram pela recondução, ou seja, como
39 deverá se comportar o CNPG frente a tais situações, por isso, frisou, da importância da discussão
40 ora em comento, falando também que a todos é dado o direito de recorrer, mas também é
41 importante que os indicados conheçam de orçamento, entendam de administração pública, isso é
42 muito importante, lembrando que deve haver princípios na escolha das indicações e dar
43 preferências a pessoas com experiência e que terão voz ativa no CNMP. Os candidatos também
44 devem ser ouvidos pelos membros do CNPG, até porque eles também serão sabatinados pelos
45 membros do Senado. Pela ordem, a palavra foi dada ao Dr. Marcelo Ferra, PGJ/MT que manifesta
46 sua pretensão em disputar uma das vagas do colegiado do CNMP. Ele acredita que o CNMP podem
47 contribuir com os Ministérios Públicos Estaduais e preocupa-se com o excesso de normatização
48 por parte deles, que acaba ferindo a autonomia dos MP's Estaduais e preocupa-se em analisar o
49 Ministério Público Estadual sob a óptica da Lei complementar 75, que não nos rege, só que em
50 caráter subsidiário. Dr. Ferra ressalta que a lei tem cunho orientativo e não irá vincular qualquer
51 PGJ a segui-la. Ele exemplifica que às vezes acontecem coisas que são tendências naturais, como
52 por exemplo, os representantes da OAB são indicados pelo Conselho Federal da Ordem. Se a

1 historia do Colegiado for observada, coincidentemente, todos os representantes indicados pela
2 OAB foram Conselheiros Federais. Dr. Ferra, ressalta que a escolha do voto é pessoal e que todos
3 devem compreender que cada estado possui seus arranjos políticos regionais próprios, suas
4 articulações e o fato de um colega optar por outro nome não significa antipatia. Após, o
5 Presidente passa a palavra para Dr. Barleta, PGJ/PA que cumprimenta os presentes, que ressalta
6 que a escolha dos candidatos devem ser baseadas em princípios e não em critérios ocasionais,
7 que são instáveis. Para ele, deve-se olhar com muito cuidado os princípios e conteúdo político de
8 cada candidato no sentido macro da palavra, experiência no colegiado e situações. Deve-se levar
9 em consideração candidatos que tenham experiência com Projeto de Lei, que trouxeram
10 inovações. Em seguida, Dr. Onofre, PGJ/RN toma a palavra e defende que a proposta da sabatina é
11 interessante, mas quando foi realizada, há dois anos, não obteve os resultados esperados.
12 Defende que a escolha deve ser feita baseada em elementos sólidos. Ele sugeriu que a proposta
13 deve ser modificada e, além do curriculum, o candidato encaminhar uma proposta informando
14 quais são suas pretensões. Dr. Onofre ressaltou ainda que, devido a dinâmica política do
15 Colegiado, os membros tem uma noção de quem tem o perfil necessário para ocupar a cadeira em
16 nome desse órgão do colegiado. Ele reforça as palavras de Dr. Orlando, PGJ/SE que o candidato
17 deve ser alguém com experiência, reconhecimento e representação política. Em seguida, o
18 presidente passa a palavra para Dr. Wellington, PGJ/BA, que aponta que o colegiado não pode
19 limitar a sua ação à simples observância de requisitos legais genéricos para um cargo tão
20 estratégico como o CNMP. Dr. Wellington ressalta que neste momento vale a pena construir uma
21 unidade, avançar nessa direção, por ser o momento mais importante do colegiado, já que na
22 rotina de nosso dia a dia não há a oportunidade de deliberar sobre temas tão sensíveis de
23 interesse das nossas instituições. A experiência do candidato é fator imperativo para a decisão.
24 Então o promotor recém-ingresso ou que tenha acabado de atingir aquele requisito legal não faz
25 sentido. Coloca-se contra a sabatina pois não acredita que ela seria produtiva. Ressalta ainda a
26 necessidade de ir além de escolhas pessoais. O Presidente passa a palavra para Dr. Orlando,
27 PGJ/SE, que também acredita que o voto de cada um também não será definido pela sabatina.
28 Após, o presidente passou a palavra ao Dr. Francisco, PGJ/AM, que cumprimenta os presentes e
29 agradece a receptividade da Dr^a Eunice. Ressalta que as três pessoas indicadas para compor o
30 CNMP, há dois anos, exerceram, de maneira geral, o que o Ministério Público Brasileiro esperava.
31 Baseado nisso, ele defende que os três representantes atuais sejam reconduzidos. O Presidente
32 do CNPG passa a palavra para Dr. Alceu, representante do PGJ/MG, que defende que a sabatina
33 não é interessante para o CNPG. A palavra é passada então para Dr. Wellington, que sugere que,
34 se os dois nomes (dos Conselheiros Jarbas e Alessandro) forem candidatos à recondução, o
35 terceiro nome deve ter um perfil que complemente as características dos outros dois. É
36 necessário alguém que formule, articule. Temos que pensar, segundo ele, em termos nacionais de
37 novos desafios. O candidato deve ser um formulador, um conhecedor do Ministério Público. Dr.
38 Giacoia, PGJ/PR, tem a palavra e ressalta que estes são os 3 nomes adequados a serem indicados:
39 Marcelo Ferra pelo trabalho exercido, Dr. Marrei que é uma legenda nacional no MP e Cesar
40 Mattar que, junto ao colegiado, vem mostrando uma atuação realizadora em termos de liderança
41 corporativa do MP. Por fim, o Presidente colocou ao colegiado a proposta de sabatina dos
42 candidatos ao CNMP ou da questão de uma proposta de atuação dos candidatos junto ao CNMP,
43 sendo aprovado pelo Colegiado a segunda proposta que trata do encaminhamento pelos
44 candidatos de proposta de atuação junto ao CNMP. Ficou deliberado os dias 4 e 5 de março para a
45 próxima Reunião Ordinária do CNPG, ficando o dia 05, pela manhã para a realização da eleição
46 para o CNMP. Em relação aos nomes dos indicados, falou o presidente da necessidade da
47 construção de um consenso em torno daquelas candidaturas que já estão postuladas, além dos
48 Conselheiros que já se manifestara a respeito da recondução. Após, encerrou os trabalhos da
49 manhã, agradecendo a presença de todos, solicitando o retorno a partir das 14hs. **TARDE DO DIA**
50 **28/01** - Dr. Oswaldo Trigueiro, Presidente do CNPG, dá início a pauta da tarde e agradece a
51 presença do Dr. Luciano Badini, Promotor de Justiça de MG, e do Dr. Flávio Caetano, Secretário da
52 Reforma do Judiciário. O Presidente passa a palavra para Flávio Caetano, que saúda os presentes e

1 agradece o convite da presidência do CNPG, a anfitriã Eunice Carvalho, PGJ/DFT e ao
2 “embaixador” do Ministério Público, Jarbas Soares, Conselheiro do CNMP. Dr. Caetano agradece a
3 integração entre o Ministério Público e o Ministério da Justiça . Segundo ele, pela primeira vez na
4 história dos Ministério de Justiça, há promotores trabalhando na reforma do judiciário e ressalta
5 que esta foi uma iniciativa dos Conselheiros Dr. Jarbas Soares e da Dra. Cláudia Chagas . Houve um
6 termo de cooperação no qual o MPMG cedeu um promotor para trabalhar em um projeto
7 específico do Ministério da Justiça. Afirmou que o Ministério Público está cada vez mais forte no
8 nosso país. Dr. Caetano falou sobre a reunião do Banco Mundial , realizada em Washington, da
9 qual participaram o Ministério da Justiça, Dr. Oswaldo Trigueiro, representando o CNPG e Dr.
10 Jarbas Soares, representando o CNMP. Informou que a sua Secretaria não é da reforma do
11 Judiciário, mas do sistema de justiça, é a ideia de uma secretaria que colabore com o sistema de
12 justiça, o que não significa que seja o Poder Executivo determinando como as coisas irão
13 funcionar, mas um trabalho em conjunto. A pedido do Ministro da Justiça, Dr. Eduardo Cardoso,
14 foi elaborado um breve diagnóstico da justiça no Brasil, sua missão hoje e seus objetivos gerais. O
15 resultado, segundo ele, aponta para três problemas principais do mundo da justiça brasileira. O
16 primeiro é que somos uma justiça muito morosa, e que a média da resolução de um processo é de
17 dez anos. Por definição, a justiça deve ser contemporânea aos fatos, portanto, uma justiça tardia
18 é falha. Dr. Caetano defende que todos devem contribuir para pensar em meios de alinhar a
19 justiça brasileira com a contemporaneidade. O segundo grande problema é que há excesso de
20 processos. Atualmente existem 90 milhões de processos, o que significa um processo para cada
21 dois brasileiros. O terceiro problema é a falta de acesso à justiça. Muitas pessoas ainda não
22 conhecem seus direitos, não tem estrutura para ir ao judiciário ou, simplesmente, não confiam na
23 Justiça. A partir disso, foram desenhados 5 objetivos para serem trabalhados de forma integrada.
24 O primeiro, que deve ser o carro chefe, é a cultura do não litígio, da mediação e da negociação.
25 Algo que o MP faz com excelência. O que acontece em nosso país é que, nas Faculdades de
26 Direito, desde o primeiro dia é ensinado o que é litígio, petição inicial, contestação, recursos, mas
27 não é ensinado nada sobre técnicas de mediação e resolução extrajudicial de conflitos. Esta
28 cultura deve ser mudada. O nosso objetivo é que só seja encaminhado para o judiciário aquilo
29 que seja um conflito que deva ser resolvido por uma terceira pessoa, que é o juiz. O que irá
30 contribuir para descongestionar o judiciário. No ano passado, foi criada a Escola Nacional de
31 Conciliação e Mediação, partindo de uma ideia do Conselho Nacional de Justiça em conjunto com
32 o CNMP. O objetivo é que ela ajude todas as escolas do MP, da justiça, da advocacia, estudantes e
33 professores a mudar esta cultura, por meio do ensino de técnicas de medicação e conciliação. Dr.
34 Caetano aborda que o segundo ponto é que o Brasil está no caminho certo ao apontar a mediação
35 e conciliação como alternativa, o que é feito nos EUA há mais de 20 anos. Na reunião realizada
36 em Washington eles demonstraram excelente a ideia de integração entre o MP e o MJ e abriram
37 portas para que sejam realizados mais projetos em conjunto, pois querem incentivar mudanças
38 também no nosso país. Outro objetivo ressaltado por Dr. Caetano é o de fortalecimento do acesso
39 à justiça. Ele enfatizou a gravidade do fato que há estados que as comarcas ainda não existem e
40 estão em estado de implantação. A segunda meta é fortalecer a Defensoria Pública e pensar
41 numa rede de acesso à justiça porque além da defensoria a advocacia *pro bono*, a advocacia
42 dativa, as ONG’s. O terceiro objetivo, dentro do Ministério da Justiça, é aprimorar o combate ao
43 crime organizado. Atualmente o Brasil supera o limite máximo estabelecido pela ONU, que é de 10
44 homicídios a cada 10 mil habitantes. No Brasil essa média é de 26 homicídios a cada 100 mil
45 habitantes, chegando a 76 em Alagoas. Dados que superam os números de homicídios da Síria em
46 período de guerra: enquanto lá 60 mil pessoas foram assassinadas, no Brasil o número chega a 90
47 mil. Este é um problema seríssimo que deve ser enfrentado por todos nós. Dr. Caetano informou
48 que já é realizado um trabalho em parceria com o Enasp, que é de levantar o número de
49 inquéritos e o estoque de processos que envolvam homicídios e a intenção de aprofundar isso
50 dentro do governo, com um projeto chamado “Brasil Mais Seguro”. O Projeto piloto foi lançado
51 em Alagoas, em uma integração entre o Governo estadual, MP, Judiciário, Defensoria, OAB e
52 Polícia local. Nos 6 primeiros meses foi observada a redução do número de homicídios em 13,5% e

1 a de elucidação de crimes chegam a 83%. O terceiro objetivo é o apoio de todos os MP's, pois
2 este projeto será implantado em todos os estados. Dr. Caetano também informou que há
3 recursos de R\$ 1,1 bilhão para construir novas vagas em penitenciárias, mas que deve-se ir além e
4 pensar no sistema penitenciário que queremos. O quarto objetivo é a modernização da
5 infraestrutura da justiça, na qual deve-se pensar na modernização do sistema estrutural, fornecer
6 equipamentos, capacitar, ajudar na gestão. Cada estado irá receber entre 8 e 14 milhões para
7 modernizar as defensorias. Nessa mesma linha há negociações com o BNDES para algo que
8 beneficie o sistema judiciário e o MP, algo entre 300 e 400 milhões para o MP, para ser investido
9 na parte de infraestrutura e capacitação para o combate ao crime organizado. O quinto objetivo é
10 a democratização. Pela primeira vez será feita uma conferência para que todo o sistema de justiça
11 esteja unido para discutir um tema específico: a política nacional de acesso à justiça. Serão cinco
12 conferências regionais e uma nacional para discutir o tema. Dr. Cardoso, Ministro da Justiça,
13 convidou todos os PGJ's para que fizessem uma parceria com cada uma das escolas, para que
14 sejam formatados cursos específicos, à distância e presenciais. Dr. Caetano agrade mais um vez o
15 convite para participar da reunião e despede-se. O Presidente do CNPG, Dr. Oswaldo Trigueiro,
16 agradece a participação do Secretário, Dr. Flávio Caetano e reafirma que as expectativas para o
17 MP são muito boas, tanto na área de financiamento do BNDES, quanto nas ideias apresentadas.
18 Dr. Oswaldo passa então a palavra ao Dr. Luciano Badini, Promotor de Justiça de Minas Gerais, que
19 afirma a satisfação em participar da ocasião, agradece o convite e saúda os presentes. Dr. Luciano
20 ressalta que a prioridade do MPMG na parceria do Banco Mundial investir em capacitação de
21 membros e servidores, pois a estrutura física e material do Ministério Público. A rigor, foi firmado
22 um convênio com o Banco Mundial, para a estruturação dos MP's em regiões de baixo IDH.
23 Quando o Banco Mundial viabilizou recursos, foi contratada, por meio de licitação, uma
24 consultoria e montado um projeto para a estruturação e adequação do MP nessas regiões. O
25 Banco Mundial sugeriu três produtos. O primeiro um termo de referência para empreendimentos
26 mineráveis que, através de um software, apresentaria as formas de licenciamento ambiental de
27 cada tipo de atividade mineral. O segundo é a valorização dos danos ambientais e ressaltou a
28 importância da habilidade das mediações. Ele informou que há uma proposta para que haja um
29 módulo nos cursos de ingresso do Ministério Público de técnicas de mediação de conflitos. Os 44
30 novos promotores, que ingressarão logo após o carnaval, já terão um curso de mediação que irá
31 durar uma semana e foi elaborado pela Escola Nacional de Mediação. A segunda proposta levado
32 ao PGJ /MG, Dr. Carlos André, é a criação de um estrutura física para o curso. Ele ressaltou ainda
33 que o MP se dispõe a ser um instrumento de pacificação para a sociedade civil. Dr. Luciano
34 também enfatizou que durante a viagem a Washington foi possível observar o interesse de
35 universidades americanas na aproximação com o Brasil, para troca de experiências, trazer
36 membros para capacitação de promotores e procuradores e que nos tenham ciência que é
37 possível a mediação em segundo grau. Ele coloca-se a disposição dos participantes para tirar
38 eventuais dúvidas e agradece o convite para participar da reunião do CNPG. Dr. Oswaldo agradece
39 a presença do Presidente da Conamp, Dr. Cesar Mattar, que ao lado do Dr. Onofre, PGJ/RN, irá
40 debater questões acerca da PEC-37. Dr. Oswaldo ressalta a importância do momento vivido, que
41 permite que se vá além do discurso da prática, principalmente do CNPG, aquela situação de
42 resolutividade e de trabalhar em unidade. Ele ressalta que quando Dr. Badini, Promotor de Justiça
43 de MG, coloca a possibilidade de sairmos na frente, é algo concreto e real, porque hoje vivemos
44 em um ambiente executivo, principalmente a própria presidência da República, pois tudo deve ter
45 uma formatação, porque senão os recursos não são liberados. Ele também ressalta a importância
46 de que os MP's tenham o mesmo sistema. A padronização facilitaria o cruzamento de dados,
47 forneceria um panorama mais assertivo quando houvesse a necessidade de levantar informações
48 e melhoraria significativamente a comunicação entre os MP's. Dr. Eunice, PGJ/DFT, enfatiza que
49 independente da interoperacionalidade é necessário também capacitar pessoas. A palavra é
50 passada para Dr. Alceu, representante do MP/MG, parabeniza o Dr. Luciano Badini, pela
51 exposição lúcida que fez anteriormente, mas ressalta que nada disso acontecerá se não houver
52 promotores nos locais certos e lembra a proximidade da escolha dos nomes do CNMP. Segundo

1 Dr. Alceu, é fundamental que os candidatos tenham compromisso de estarem atentos a estas
2 questões. Dr. Giacóia, PGJ do PR, cumprimenta o promotor Luciano e elogia sua apresentação.
3 Aponta que, no entanto, alguns MP's são privilegiados com relação a determinadas informações,
4 especialmente em relação as certas parcerias (como a do BNDES). Dr. Giacóia sugere que o CNPG
5 deveria coordenar este trabalho e encaminhar para cada MP e assim coordenar a voz do MP
6 Brasileiro aos órgãos internacionais. Ele afirma ainda que, se há o interesse de parcerias regionais,
7 há um interesse conjunto de crescimento na realidade brasileira. Aponta ainda que não sabem em
8 contrapartida de determinados projetos, como se dá exatamente dentro da autonomia de cada
9 MP. Um ação conjunta poderia coordenar o desenvolvimento do MP Brasileiro como um todo. Dr.
10 Oswaldo, lembra que o CNPG tinha pouca representatividade, porque o olhar é sempre mais
11 voltado para o CNMP, dada a sua esfera de dialogo federal. Dr. Oswaldo destaca as figuras do
12 MPMG, MPPR, que tiveram a habilidade de colocar pessoas importantes junto ao Ministério da
13 Justiça e agradece ao Dr. Jarbas Soares, que na condição de Conselheiro do CNMP, ter lembrado
14 do CNPG para integrar a comitiva de Washington, pois os contatos feitas nessas oportunidades
15 (com o Banco Mundial, universidades, etc.) são únicos. Ainda, O Presidente oficializa a não
16 participação do Dr. Tito Amaral no processo de escolha do CNMP. Dr. Oswaldo passa a palavra para
17 o Presidente da AMPERN, Eudo Rodrigues Leite, que cumprimenta os presentes, que discorre
18 sobre os 25 anos do MP Brasileiro após a constituição de 1988 e fala dos desafios enfrentados,
19 especialmente agora, com a PEC 37, que revela a necessidade de uma discussão profunda sobre o
20 MP ocupar esses lugares. Ele ressalta ainda a importância de dois aspectos que devem ser
21 priorizados. O primeiro, a situação atual de patrocínio de eventos institucionais. Há uma empresa
22 em Brasília que foi selecionada para fazer essa captação e buscando, de maneira muito cuidadosa,
23 empresas privadas. Dr. Eudo Rodrigues lembra ainda que o Governo Federal estabeleceu uma
24 política muito formal nesse sentido que dificulta o patrocínio para eventos desta natureza. Então a
25 primeira necessidade que nós temos, segundo o presidente da AMPERN, é que o próprio MP
26 financie e promova esse Congresso. Foi cogitada que as Procuradorias Gerais de Justiça possam
27 ajudar para a formação deste Congresso do MP Brasileiro através de cotas de inscrições,
28 proporcional ao número de membros e recursos financeiros de cada Procuradoria. Dr. Eudo
29 manifestou ainda que nesse evento espera-se contar com um número substancial de membros do
30 MP, discutindo temas profundos para a instituição e dos seus 25 anos de atuação e discutir a
31 identidade institucional desejada para o futuro. Ele agradece ao Dr. Oswaldo e encerra sua fala. O
32 Presidente do CNPG elogia o cuidado que o estado do RN tem com seus eventos, já que a
33 exposição do Dr. Eudo Rodrigues foi feita com bastante antecedência ao evento que acontece
34 apenas em Novembro. Dr. Oswaldo afirmou que cada MP tem condições de garantir entre 30 e 50
35 inscrições e solicita que, na próxima reunião, seja apresentado um formato de investimento que
36 cada MP pudesse fazer, pois é um aspecto institucional de interesse do CNPG. Dr. Onofre, PGJ/RN,
37 candidate-se como representante do CNPG para trazer sugestões para fazer deste evento tenha "a
38 cara" do MP e não da associação x, y, z. Dr. Oswaldo passa a palavra para Dr. Cesar Mattar,
39 Presidente da CONAMP, que agradece e saúda o Colegiado e os demais presentes. Ele anuncia
40 que Dr. Eudo Rorigues, por conta do Congresso, terá que se afastar da coordenação da CONAMP e
41 da comissão que cuida da PEC 37 e que para seu lugar foi escolhido o Dr. Nendes Vieira,
42 presidente da Associação Mineira do MP. Dr. Mattar agradece a disposição do CNPG de colaborar
43 para o êxito de um Congresso Nacional que há muito não é da Conamp ou de uma entidade
44 executora local, para se transformar em um congresso do MP Brasileiro, que cresce a cada ano.
45 Ele ressalta que vem daí a necessidade de profissionalizar a organização e começar a pensar em
46 alternativas para que, além dos problemas, sejam discutidas maneiras para fortalece ainda mais a
47 instituição que desejamos deixar para as próximas gerações. Dr. Oswaldo Trigueiro agradece a fala
48 de Dr. Mattar e ressalta que este é o momento dos MP's Estaduais se engajarem nesse evento
49 nacional. Dr. Oswaldo retoma os assuntos da pauta e , sobre a PEC 37, ele ressalta a importância
50 de eleger alguns estados que desempenhem papel chave no Congresso para que seja combatida a
51 desinformação sobre a PEC 37. É passada, então, a palavra para Dr. Onofre, PGJ/RN, para discutir
52 cerca da situação da PEC 37 e do calendário. Dr. Onofre informa que, até o momento, a petição

1 eletrônica do movimento lançado em SP já conta mais de 35 mil assinaturas. Ele propõe uma
2 adesão a esta estratégia, colocando um indicativo. Ele compromete-se em encaminhar um
3 material tanto para a Conamp quanto para o CNPG para que a ação possa ser potencializada. E
4 ressalta a importância da disponibilização do material de divulgação da PEC 37 nos eventos. Ele
5 informou que enviará o editorial da F. de São Paulo para os Deputados e Senadores do Rio Grande
6 do Norte. Está sendo preparada uma apresentação com as 5 principais ações de cada estado. Ela
7 será enviada para os PGJ's para aprovação. Dr. Oswaldo questiona sobre os casos práticos e com o
8 seria esta publicação. Dr. Onofre informa que já está praticamente concluída e que é um material
9 impresso e também para as páginas do MP. Também será viabilizado um livreto. Será uma
10 publicação da CONAMP em conjunto com o CNPG. Ressalta também ressalta que o cronograma
11 de atuação deve ser resguardado, para que o lançamento nacional não seja desgastado. Dr.
12 Márcio Elia, PGJ/SP, afirma que uma mobilização nacional agora seria uma energia gasta à toa,
13 pois pode ser que não aconteça imediatamente. lembra que a data inicial sugerida (29 de
14 março), coincide com a Semana Santa, o que pode gerar um esvaziamento. A nossa proposta,
15 segundo ele, é de deixar esses atos públicos na semana dos estados para os dois 08 e 09 de abril
16 e o ato público em Brasília ser coincidente com as reuniões do CNMP, CNPG e Conamp ,porque
17 todos poderiam comparecer. Dr. Oswaldo lembra que o calendário do CNMP ainda não foi
18 divulgado e por isso a data da mobilização fica em aberto. E fica estabelecido que as mobilizações
19 estaduais serão realizadas de 08 a 12 de abril. Dr. Oswaldo inicia a discussão da aprovação final da
20 minuta de convênio dos MP's e do CNPG e a questão da justificativa uniforme para o
21 encaminhamento aos TCEs, que já havia sido repassada para os PGJ's. Dr. Oswaldo também
22 apresenta a questão da saída do Dr. Claudio Lopes do Colegiado, que estava à frente de uma
23 comissão de acompanhamento legislativo e outra relativa a Copa. **O Presidente do CNPG sugere**
24 **que a Comissão de Acompanhamento do Legislativo fique sob a responsabilidade de Dr. Onofre,**
25 **PGJ/RN, que está à frente da PEC 37 e tem demonstrado que é capaz de assumir a função. Para**
26 **a Comissão da Copa Dr. Oswaldo sugere o nome do PGJ de Pernambuco, Aguinaldo Fenelon.**
27 **Ambos os nomes são aprovados pelo colegiado.** Dra. Heloísa Moraes Rego Filho, representante
28 do Ministério do Trabalho, toma a palavra, saúda os presentes. Ela informa que, após a última
29 reunião, foi encaminhada para assessoria jurídica do gabinete a copia da minuta do termo de
30 convênio e da consulta ao Tribunal de Contas da União. A assessoria jurídica, após análise,
31 observou alguns impeditivos, como, por exemplo: estão especificados, quanto à consulta, que o
32 TCU não aceita a consulta de casos concretos. Eles devem ser casos em tese. Dra. Heloísa
33 entregou a presidência do CNPG uma análise minuciosa e, no que concerne ao MP da União, os
34 dois documentos têm que ser reformulados. Dr. Oswaldo afirma que, na medida do possível, as
35 adaptações dessas observações serão feitas. O presidente informa ainda que a pauta do dia
36 seguinte está cancelada pois o Ministro das Cidades que participaria da reunião, não poderá
37 comparecer por conta da Marcha dos Prefeitos, realizada na mesma data. Ele declara então
38 encerrada a sessão. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão, sendo por mim,
39 Adrio Nobre Leite, Secretário-Executivo, lavrado a presente ata.

40

41

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Presidente do CNPG

42

43

44

45

Adrio Nobre Leite

46

Secretário-Executivo do CNPG